

**HABEAS CORPUS Nº 487.063 - SP (2018/0346764-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : MARCELO JORGE FERREIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOAO LUCIO PRETTI - SP098752  
MARCELO JORGE FERREIRA - SP0218968  
**IMPETRADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE MAIRINQUE - SP  
**PACIENTE** : JEAN CARLOS EMERENCIANO DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por MARCELO JORGE FERREIRA e OUTRO, em favor de JEAN CARLOS EMERENCIANO DA SILVA.

Em sua petição, requer o impetrante a concessão da ordem a fim de que cesse o constrangimento ilegal que o paciente afirma sofrer.

É o relatório. Decido.

Percebe-se, preliminarmente, das informações de fls. 54/78, a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para análise do presente *mandamus*, uma vez que deveria ter sido impetrado dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal.

Assim, o pedido não se enquadra em hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal.

Nesse sentido, confira-se este precedente:

*HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTS. 240 E 241-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E RISCO DE NOVA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO HABEAS CORPUS PER SALTUM. WRIT NÃO CONHECIDO.*

1. A única manifestação levada a efeito pelo Tribunal local diz respeito à prejudicialidade da impetração, pela concessão de liberdade provisória ao paciente.

2. Fica impossibilitada a manifestação deste Sodalício, sobrepujando a competência da Corte Estadual, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

3. Ante a falta de manifestação do Colegiado Estadual, percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste writ, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea "c", da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. *Habeas corpus* não conhecido. (HC n. 360.513/TO, relator Ministro

Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 1º/9/2016.)

Ante o exposto, **com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ Corte para processar e julgar o presente writ e determino a remessa dos autos ao tribunal de origem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

